



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas			
Título:	Reunião Ordinária N. 36			
Local:	Curitiba - PR			
Data da reunião:	20/09/2017	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento: 17:30

## Pauta da Reunião

1. 14:30 - Abertura da Reunião – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara.
2. 14:35 – Aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária da CSAD – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara.
3. 14:40 - Avisos da Secretaria da Câmara: Calendário Reuniões 2017 e Informes – Sr.<sup>a</sup> Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da CSFN.
4. 14:45 – Plano Nacional de Florestas Plantadas – Andamento das ações – Sr. Edson Iede – Chefe Geral da Embrapa Florestas.
5. 15:00 – FUNPINUS – Fundo de Programa de Melhoramento dos Pinus – Sr. Edson Iede – Chefe Geral da Embrapa Florestas.
6. 15:15 – Leilões de Energia Nova 2017 – Sr. Walter Vieira Rezende – Presidente da CSFP.
7. 15:35 – Implantação do Código de Autenticidade nos formulários e certificados fitossanitários pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA – Sr. Fausto Takizawa – Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA – Isabel Carneiro – Secretária da CSFP - Deliberação quanto ao encaminhamento de expediente ao Gabinete do Ministro do MAPA – Pedido de celeridade ao DSV/SDA/MAPA.
8. 15:55 - Análise da exclusão do *Sinoxylon unidentatum* como praga quarentenária A2 – pedido de celeridade - Fausto Takizawa – Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA – Isabel Carneiro – Secretária da CSFP- Deliberação quanto ao encaminhamento de expediente ao Gabinete do Ministro do MAPA - Pedido de celeridade parecer CONJUR/MAPA.
9. 16:10 – Pleito do setor de florestas plantadas a nível nacional, da inclusão do custeio de manutenção de plantios de árvores de produção no Plano Safra 2018/2019 – Carlos José Mendes, Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal – APRE.
10. 16:30 – Assuntos Gerais:
  - Informe sobre o Anuário Florestal – Sr. Diogo Carlos Leuck, Associação Gaúcha de Empresas Florestais – AGEFLOR.
  - Atualização da solicitação da Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ, com protocolo 21000-016954/2017-61, datada de 12/04/2017, dirigida ao Secretário de Defesa Agropecuária;
11. 17:30 – Encerramento.

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	WALTER VIEIRA REZENDE	CNA	PR	
2	ISABEL REGINA FLORES CARNEIRO ROXO		PR	
3	ALDO DE CRESCI NETO		PR	
4	WILSON GALVÃO ANDRADE	ABAF	PR	
5	JULIANA MARA BERTI	ABRAISCA	PR	
6	JOSÉ ARTÊMIO TOTTI	ACR	PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

7	MAURO MURARA JUNIOR	ACR	PR	
8	DIOGO CARLOS LEUCK	AGEFLOR	PR	
9	IGOR LOPES BRAGA	AMS	PR	
10	JOAO ALEXANDRE GALON	ANDEF	PR	
11	CARLOS JOSÉ MENDES	APRE	PR	
12	AILSON AUGUSTO LOPER	APRE	PR	
13	GLAUBER SILVEIRA DA SILVA	AREFLORESTA	PR	
14	FAUSTO HISSASHI TAKIZAWA	AREFLORESTA	PR	
15	MARIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO	CNI	PR	
16	MARCILIO CARON NETO	IBÁ	PR	
17	MOACIR REIS	REFLORE	PR	
18	BENEDITO MÁRIO LÁZARO	REFLORE	PR	
19	GUSTAVO HENRIQUE MARQUIM FIRMO DE ARAUJO	SPA/MAPA	PR	
20	SEBASTIÃO ANDRADE	ABAF	CO	
21	CELSO TRINDADE	ABPMF	CO	
22	RICARDO VILELA	ABPMF	CO	
23	MARIA LUIZA SARTORIO	ABPMF	CO	
24	ALVARO LUIZ SCHEFFER	APRE	CO	
25	SÉRGIO ALEXANDRE BULLA	BB	CO	
26	ISMAEL ELEOTÉRIO PIRES	SIF	CO	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

### Desenvolvimento

#### 1) Abertura da Reunião

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia 20 de setembro de 2017, na sala de reuniões designada durante a III Expo Madeira e Construção, no Expo Reunault Barigui, Parque Barigui, em Curitiba-Paraná, foi aberta a Trigésima Sexta Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas - CSFP pelo Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara, que agradeceu a presença de todos.

#### 2) Aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária da CSFP

Submetida à aprovação do plenário, a Ata da 35ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada, por unanimidade.

#### 3) Avisos da Secretaria da Câmara: Prêmio do Sr. Aldo de Cresci – Consultor Especial da CSFP.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da Câmara, relatou ao colegiado da premiação oferecida pela Câmara da América Latina ao Consultor Especial da Câmara Setorial de Florestas Plantadas, Sr. Aldo de Cresci, pela 8ª vez consecutiva “como, indubitavelmente, o melhor advogado em sua especialidade e uma grande referência em transações florestais”. O reconhecimento destaca o profissionalismo e a alta capacitação como grande negociador que tem auxiliado sobremaneira àquela Câmara da América Latina a alcançar os resultados favoráveis. Ressalta que o Sr. De Cresci é intensamente envolvido no



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

aprimoramento e desenvolvimento da legislação florestal na sua posição de Secretário da Frente Parlamentar da Silvicultura no Congresso Nacional Brasileiro. O Presidente da CSFP, **Sr. Walter Vieira Rezende** parabenizou ao Sr. De Cresci em nome de todos os membros da Câmara por essa merecida e justa homenagem.

#### **4) Plano nacional de Florestas Plantadas – Andamento das Ações – Sr. Edson Iede – Chefe Geral da Embrapa Florestas.**

O **Sr. Edson Iede**, Chefe Geral da Embrapa Florestas, relatou que foi realizado levantamento das documentações existentes relativas ao Plano Nacional de Florestas Plantadas de forma a contribuir com a construção da estrutura desse Plano para os próximos 10 anos. O conteúdo mínimo é um Diagnóstico da situação do Setor de Florestas Plantadas incluindo o inventário florestal, a proposição de cenários incluindo aí tendências internacionais macroeconômicas, metas de produção florestal e ações para seu alcance. Dentro do que foi apresentado na Audiência Pública no Congresso Nacional a intenção era dobrar a área de florestas plantadas no Brasil em 10 anos, integrando a economia de base florestal às estratégias de desenvolvimento do país, garantindo maior sinergia entre as políticas públicas: Política Nacional de Mudanças Climáticas, Bioenergia, Reserva Legal dentro do Código Florestal, Plano AVEN - Plano Nacional de Vegetação Nativa, Política Nacional de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária e Florestas, Compromissos do NDC, Plano de Agricultura de Baixo Carbono – integrando todos dentro do Plano Nacional de Florestas Plantadas. Com relação as ações à melhoria e orientação institucional, destaque para a inclusão das Florestas Plantadas em organizações públicas e planos de ATER, a questão de fomento e planejamento regional de produção florestal, proteção fitossanitária, fomento à ciência e tecnologia, manutenção do crédito agrícola, diminuição das barreiras legais para a silvicultura, aumento do grau de investimento em florestas plantadas diminuindo barreiras e buscando a diversificação desse portfólio. Integrar pequenos e médios empreendedores rurais, prestadores de serviços e fornecedores de insumos, fomento em ciência, tecnologia e inovação. Esclareceu que os aspectos principais foram discutidos, mas nenhum deles a nível de detalhamento, estudos para a cadeia de insumos e produtos, fomento do plantio sem política industrial associado, pacotes de ciência e tecnologia, energia de biomassa florestal, leilões, geração distribuída, construções de madeira, limitações legais e culturais e quais são os mecanismos de inserção de pequenos e médios produtores florestais. O estudo encomendado pela IBA dá suporte ao Plano Nacional de Florestas Plantadas, contendo muitas informações importantes, principalmente quanto a situação histórica e atual das cadeias relacionadas ao setor florestal, análise de aspectos socioambientais e econômicos da atividade, bem como análise da demanda futura de produtos florestais e a necessidade dessa base no Brasil. Na visão desse documento o crescimento de área plantada está previsto da ordem de 1.1 milhão de hectares nos próximos 10 anos (período de 2015 até 2025), divergindo do documento inicial produzido pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE. O cenário pessimista seria a perda de 1.0 milhão de hectares de área de florestas plantadas, principalmente devido a retração do setor de bioenergia. Também aponta alguns gargalos para o Setor Florestal (18), entretanto deve-se avaliar se esses pontos apontados como gargalos são importantes para os produtores de menor porte tendo em vista que nesse documento não se considera regionalização dos problemas como por exemplo àqueles que atingem diretamente a temas como a posse da terra por estrangeiros, sugerindo que sejam consultados os demais atores do setor florestal. Deve-se reconhecer créditos às colaborações da Sra. Camila Soares da CNA e ao Sr.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Fernando Castanheira. Reforçou a necessidade de se ter preços mínimos para a madeira, pois ciclos florestais mais longos não contam com financiamento, parte minimizado pelo Plano ABC, mas, todavia, faltam indicadores para o planejamento da atividade. Reforçou-se a necessidade de se discutir sobre pesquisas e financiamento florestal, utilização de reserva legal, como a ILPF influenciará os programas regionais, compromissos do Brasil assumidos no Acordo de Paris de plantar 12 milhões de hectares de florestas no País, inclusão de informações geográficas sobre os plantios, localização das florestas, indústrias e demais atores da cadeia florestal, vantagens das florestas plantadas, importância social na geração de emprego entre todos os demais aspectos levantados anteriormente. O **Sr. Diogo Leuck** – Representante da Ageflor endossado pelo Sr. Marcílio Caron representante da IBÁ propuseram que seja feita Moção ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que o Serviço Florestal Brasileiro possa realizar levantamento de florestas plantadas através do CAR (inventário florestal), a sugestão de Moção foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Dentre as linhas mestras da dinâmica de crescimento, há a necessidade de alinhamento aos 17 objetivos sustentáveis às externalidades e às florestas plantadas com plano de ação compreendendo o período de 10 anos. Acrescentou que o Grupo de Trabalho constituído no âmbito da CSFP deverá ter participação mais ativa no plano definindo se caberá à Embrapa elaborar minuta do plano inicial agendando reunião com o Grupo de trabalho para discussão dessa Minuta, pois o sentimento nosso é que ficamos com a responsabilidade maior de desenvolvimento do trabalho e há a necessidade de que vocês se envolvam mais nisso. Apresentou calendário de ação que deverá estar concluído em fevereiro de 2018, sendo enviado para os demais membros do Grupo de Trabalho: CNA, ABAF, IBÁ, CNI e MAPA para análise desse material. O **Sr. Marcílio Caron**, representante da IBÁ sugeriu que os membros do Grupo de Trabalho se reúnam em 15 dias, a partir de 30 de setembro, em Curitiba, para discutir o documento referente à parte inicial da estruturação do Plano inclusive com relação aos prazos apresentados nesse calendário de ações. O Presidente da CSFP, **Sr. Walter Vieira Rezende** expressou o reconhecimento e agradecimentos ao Sr. Carlos Mendes da APRE por ter convidado e recebido tão bem à este colegiado, viabilizando a realização da 36ª reunião ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas – CSFP neste espaço de exposições em Curitiba-Paraná.

### **5) Apresentação sobre FUNPINUS – Fundo de Programa de Melhoramento dos Pinus – Sr. Edson Iede, Chefe Geral da Embrapa Florestas.**

O **Sr. Edson Iede**, Chefe Geral da Embrapa Florestas, apresentou a identificação dos problemas que as pequenas e médias empresas vem enfrentando na questão do programa de melhoramento destacando grande participação do Sr. Carlos Mendes, representante da APRE e do Sr. Murara que articularam o setor para o desenvolvimento desse programa cooperativo. Hoje, tem-se 10 empresas associadas pertencentes aos setores de resina e de serraria de lâminas cujos objetivos diferem das empresas de celulose e papel. O Objetivo é desenvolver material genético melhorado de pinus, incluindo híbridos específicos para atendimento de demandas de matérias primas elevadas suprimindo a necessidade de algumas empresas por material genético necessário para ter-se ganhos de produtividade, desenvolvendo sementes e clones de pinus geneticamente melhorados com base numa genética ampla. Criou-se o FUNPINUS, figura jurídica que representa os participantes de um Acordo de Cooperação Técnica com a Embrapa Florestas utilizando-se como modelo o Fundo Nacional de Controle de Pragas Florestais (controle de vespa da madeira) hoje com 25 anos de funcionamento. O





# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

material genético vai ser implantando dentro de áreas da Embrapa, áreas públicas e de algumas empresas que estão participando do programa, gerando benefícios tais como recomendações de uso, visibilidade da empresa no desenvolvimento da genética do pinus, maior socialização do material genético, intercâmbio com outros países, facilidades no acesso pelas empresas nesse material, capacitação contínua de seu pessoal técnico entre outros

## **6) Leilões de Energia Nova 2017 – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da CSFP.**

O **Sr. Walter Viera Rezende**, Presidente da CSFP destacou que quando assumiu o comando deste colegiado, elencou como prioritárias ações relativas à geração de energia a partir de biomassa florestal, aquisição de terras por estrangeiros e o Plano Nacional de Florestas Plantadas. Destacou que quando falava-se em geração de energia haviam grandes barreiras, e informações totalmente equivocadas junto à Empresa de Pesquisa Energética - EPE tendo em vista que sequer o Setor era incluído no Plano de Desenvolvimento de Energia – PDE, muito menos, havia o entendimento que a proposta do Setor seria estruturante e não intermitente como as demais energias. Foi a partir da iniciativa do Sr. Mário Cardoso, Representante da CNI que organizou reunião entre o Setor e membros da EPE é que se desmistifica e se dá início a um trabalho de esclarecimento da realidade do setor florestal no tema de geração de energia através de biomassa florestal. Os demais setores se encarregavam de propagar informações inverídicas de que só seríamos viáveis com o pagamento de 760 MGW/hora. Após diversos encontros mantidos com o Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia - MME, com a presença do Deputado Newton Cardoso Junior-PMDB/MG e do Sr. Aldo de Cresci, Consultor Especial da CSFP é que se iniciou o convencimento das nossas vantagens comparativas em relação as demais energias geradas a partir do gás, diesel, carvão, sol, eólica, etc. A mudança do paradigma é que hoje fala-se em biomassa florestal sendo as conquistas para o Setor grandes alicerces para várias unidades da federação. Quanto aos leilões de energia A-4 e A-6, foi publicada Portaria MME nº 293/2017 com previsão de realização dos leilões para 18 e 20/12/2017, deixando-nos bastante entusiasmados, com a mudança ocorrida dentro da área energética que antigamente referia-se a simplesmente a biomassa e hoje, o termo utilizado é biomassa florestal. Outro ponto levantado é que apesar de nossa reivindicação de preço ter sido da ordem de 380 e termos sido contemplados com 350, entendemos que esse valor é aceitável. Também, havíamos reivindicado ao MME a respeito da inflexibilidade a 75% e nos foi concedido 50%. Diante disso, fomos à EPE para discutir a esse respeito e, foi-nos dito, que se tratava de parâmetro que paulatinamente seria atualizado levando em consideração, que no passado, as empresas venderam e não cumpriram com a entrega. Argumentamos que a presente situação é diferente, pois o preço àquela época era totalmente inviável. Assim, a conclusão é que esse tema deverá alavancar o Setor nos estados que tenham excedentes de florestas e que não tenham vocação industrial tão pouco apresentem logística desenvolvida. Frisou que o Setor de Florestas Plantadas se constitui em energia limpa e renovável sendo sequestradores, enquanto que as demais energias são poluidoras. O **Sr. Aldo de Cresci**, Consultor Especial da CSFP, ressaltou que o Presidente foi bastante conservador, pois durante encontro mantido com o Secretário de Planejamento Energético, Sr. Eduardo Azevedo, responsável pela tomada de decisão do que efetivamente participa do Plano Energético ou não, bem como do Instituto de Energia Elétrica sublimaram a importância da participação da Câmara Setorial de Florestas Plantadas, que durante as 20 reuniões mantidas conseguiu desmistificar e demonstrar a importância e diferença do Setor. Todos estamos de parabéns, pois saímos do zero e contabilizamos esta bela conquista. Com



## **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

relação ao leilão, o período de cadastramento já está ultrapassado, e a atual fase é de habilitação. A EPE optou, afim de evitar problemas do passado, por publicar edital mais conservador conduzindo aos participantes a demonstrar mais de sua performance bond (capacidade econômica) para realizar o projeto, com a finalidade de que sejam players de verdade e não aventureiros. A respeito da inflexibilidade desse leilão pode ser da ordem de 50% como pode alcançar 100%, entretanto, a opção por 100% pode não ser competitivo em preço e, provavelmente, neste primeiro leilão, os ganhadores vão estar em torno de inflexibilidade de 50%. Importante frisar que a forma de geração de energia por cavaco de madeira, hoje, constitui-se na atenção número 1 do Ministério das Minas e Energia - MME, pois constituem-se graves entraves os períodos de seca que ocasionam intermitências nas hidrelétricas, a entressafra da cana, energia eólica e solar também apresentam deficiências pois não geram energia o tempo inteiro, em contrapartida, a floresta bem planejada pode gerar energia o tempo todo e, nitidamente, a percepção do MME está cada vez mais atenta a essa diferença da geração de energia da biomassa florestal. Atualizando informações sobre a questão de Aquisição de Terras por Estrangeiros, o texto final está concluído com o apoio expresso e chancela da Frente Parlamentar da Agricultura - FPA e da Frente Parlamentar da Silvicultura – FPS. Após longa negociação com o Poder Executivo, a Casa Civil pacificou com os demais órgãos de governo o texto final do documento acordado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério das Minas e Energia - MME, Gabinete de Segurança Nacional, Ministério da Defesa, entre outros. Resumindo, no texto final não existe mais nenhum limite de área. Ao constituir empresa no Brasil, independente da modalidade, será tratado como brasileiro sujeito às regras de um brasileiro. Exceções: área de fronteira 150 km, se tiver 0,5%, 0,1% direta ou indireta de estrangeiro irá passar pelo Conselho de Defesa Nacional responsável pela concessão das autorizações para as aquisições desde que se demonstre atividade produtiva, com prazo de 6 meses a 1 ano para essa concessão. Consegue-se acelerar um pouco o processo na medida em que se faz uma aquisição de uma sociedade e não uma venda de terra. Outras exceções: ONG's, fundos soberanos, estatais, reserva legal acima de 80% (igual ou maior a 80%) necessariamente precisa ter um brasileiro no controle (capital + voto). Outra novidade importante diz respeito à previsão de ingresso de capital expressivo (US\$ 50,0 bilhões em 2 anos) de acordo com as transações adotadas pelas instituições financeiras controladas por estrangeiros, ou mesmo as tradings que poderão financiar a agricultura tendo as áreas em hipoteca, ou em alienação fiduciária como garantia jurídica, e no evento de dívida e sua execução pode-se incorporar essa área ao patrimônio por até 4 anos, constituindo-se mudança radical no marco regulatório na aquisição de áreas rurais no Brasil pois concede garantia jurídica e redução de riscos. No CAR, já está negociado com o Serviço Florestal Brasileiro, haverá um campo que será criado em Lei para que se especifique todas as informações necessárias de forma a visualizar onde está o capital. Os estrangeiros que detêm a maior parcela de áreas rurais no Brasil, segundo conclusão do Relatório do Ministério da Defesa e Gabinete de Segurança Nacional são os portugueses. Quanto a tramitação tem-se na Câmara Federal o PL 2289, que seria o projeto mãe, tendo 7 PL's tratando do mesmo tema. O PL 4059/12, cujo relator designado é o Deputado Federal Newton Cardoso Junior PMDM/MG, está com o status de regime de urgência aprovado em plenário, significando dizer que não passará por Comissões podendo ser pautado a qualquer dia pelo Presidente da Câmara, No Senado há o PL 590/2015 de autoria do Senador Waldemir Moka – PMDB/MS, relatoria do Senador Acir Gurgacz – PDT-RO, e pode ocorrer que a votação seja primeiro no Senado Federal. Talvez seja mais rápido ser votado no Senado e



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

depois ir à Câmara. Quanto à questão da Reserva Legal os tais 80% na região amazônica, não existe restrição para projetos energéticos principalmente quando se fala em geração e linhas de transmissão que figuram como exceções, não gerando riscos à soberania nacional. Indicou como sugestão manter pressão junto aos parlamentares solicitando que se ponha em votação imediatamente e conversar com as demais câmaras setoriais com o mesmo objetivo e que tenham representatividade expressiva e que possam engrossar essa pressão. Também, pode-se marcar reunião no plenário da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Regional (CAPADR) da Câmara dos Deputados numa 5ª feira, pedindo para que os parlamentares intervenham junto ao Presidente da Câmara para pautar esse Projeto. O **Sr. Walter Rezende**, Presidente da CSFP propôs ao colegiado da CSFP a aprovação de se realizar a próxima reunião ordinária da CSFP (37ª) dentro da Câmara dos Deputados, levando ministros e exercendo pressão não apenas quanto ao tema de Aquisição de Terras por Estrangeiros quanto demonstrando ao MAPA a importância do Setor, hoje o 4º maior PIB do Agronegócio Brasileiro, pedindo seu reconhecimento com a criação de área específica que trate dos assuntos florestais dentro daquela Pasta.

### **7) Implantação do Código de Autenticidade nos formulários e certificados fitossanitários pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA – Sr. Fausto Takizawa – Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA e Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSFP.**

O **Sr. Fausto Takizawa**, da Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA, relatou breve histórico sobre o EFITO – sistema eletrônico como uma ferramenta para evitar fraudes em certificados fitossanitários para exportação. Entretanto a adoção do EFITO depende de acordo bilateral entre os países, e à guisa de exemplo, a Índia não respondeu até o presente momento às nossas solicitações. A sugestão para o colegiado era que se apresentasse ofício ao MAPA pedindo que se acelere o processo de Implantação do Código de Autenticidade. A **Sra. Isabel Carneiro**, Secretária da CSFP informou que em 28/8/2017 procurou a Coordenação de Fiscalização e Certificação Internacional sendo informada que a revisão da norma já estaria concluída, com alterações muito específicas e pontuais, atendendo em 100% ao pleito do Setor. Atualmente o assunto encontra-se na Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro área responsável pela elaboração dos formulários e certificados. Em seguida o caminho será seguir para o Vigiagro/SDA/MAPA de forma a alinhar o sistema sendo remetido, ato contínuo para a CONJUR/MAPA para que seja dado o de acordo pois trata-se de uma norma de publicação do Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### **8) Análise da exclusão do Sinoxylon Unidentatum como praga quarentenária A2 –pedido de celeridade - Sr. Fausto Takizawa – Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA e Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSFP.**

O **Sr. Fausto Takizawa**, da Associação de Reflorestadores do Mato Grosso – AREFLORESTA discorreu sobre a burocracia para exportar Teca que necessita de PTV gerando custos desnecessários a cada empresa que vem desembolsando em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 por mês mais as taxas apenas para que os técnicos assinem. Conforme demonstrado pelo relatório da Embrapa gastam-se recursos financeiros e humanos desnecessariamente, pois, tecnicamente não se caracteriza como A2. A **Sra. Isabel Carneiro**, Secretária da CSFP relatou ao colegiado posição obtida em 28/8/2017 junto à



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

DSV/SDA/MAPA de que a Coordenação de Quarentena Vegetal estaria ainda fechando a lista, e que só a publicaria quando a mesma estivesse completa, conforme orientação superior. Também indicou que há argumentação técnica e parecer favorável à exclusão ao Sinoxilon Unidentatum aguardando para ser encaminhado em seguida à CONJUR. O colegiado solicitou que se averigue quando estará fechada a lista.

### **9) Pleito do Setor de Florestas Plantadas a nível nacional, da inclusão do custeio de manutenção de plantios de árvores de produção no Plano Safra 2018/2019 – Sr. Carlos José Mendes, Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal – APRE.**

O **Sr. Carlos José Mendes**, da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal - APRE, discorreu a respeito da não previsão da operação financeira de custeio para o desbaste florestal e da necessidade de correção no Plano Safra e que seja regulamentada pelo Banco Central, tendo em vista que tal operação é realizada durante o oitavo ano de crescimento da floresta não possuindo modalidade de financiamento que atenda a essa necessidade sendo considerado custeio novo dentro do Plano ABC. O **Sr. Gustavo Firmo**, representante da SPA/MAPA esclareceu que atualmente o custeio no Plano ABC não atende a esse prazo, que tal operação pode ser realizada, mas não com os juros praticados dentro do Plano ABC. Propôs que seja coordenada nova reunião com o Sr. Wilson Vaz e Sr. Antônio Moraes, ambos da SPA/MAPA para buscar novo entendimento e convencimento da legitimidade do pleito. O representante do Banco do Brasil, Sr. acrescentou que No Plano ABC, quando se faz um projeto de investimento, custeio para colheita previsto essa modalidade está prevista, entretanto essa operação de desbaste de condução de floresta, não gera receita, com o pagamento desse custeio só se dará no momento da colheita, a questão de como passar esse entendimento para o BACEN. O Sr. Carlos Mendes preparou um documento detalhado a esse respeito para que seja apresentado em Brasília, custeio dentro do programa abc é o pleito. O **Sr. José Totti**, da ACR, acrescentou que já foi feita, em época passada, discussão dentro do MAPA e com o Banco do Brasil que, naquela oportunidade, concordou com os argumentos apresentados, mas a equipe da SPA/MAPA responsável em trazer o BACEN para a discussão não viabilizou esse encontro, portanto sugere que se reabram essas discussões entre a SPA/MAPA, BB e BACEN, pois a questão é de convencimento e de novo entendimento que está em desacordo, por falta de informação e esclarecimentos técnicos, dessa fase de desbaste florestal. O **Sr. Marcílio Caron**, da IBÁ, corroborou com o pedido de nova reunião com a equipe da SPA/MAPA.

### **10) Assuntos Gerais: Informe sobre o Anuário Florestal – Sr. Diogo Carlos Leuck – Associação Gaúcha de Empresas Florestais.**

O **Sr. Diogo Carlos Leuck** – Associação Gaúcha de Empresas Florestais parabenizou ao Presidente Walter Rezende, pela condução da CSFP, aos membros da Câmara e à atuação da Secretária Isabel já que hoje percebe-se uma série de resultados aguardados a tempos. A importância de um anuário para um município, estado e para o País é grande, pois traz informações florestais, de plantio, econômicas, sociais e ecológicas dando-nos condições de conquistar empreendimentos evitando que esses empreendimentos sejam postos sem haver consumo, construindo um planejamento minimizando oscilações, variabilidade de preços e frustrações. Os anuários distribuídos são de autoria da IBÁ e da AGEFLOR, entretanto, entende que deveria ser obrigatório os estados procederem a esses levantamentos. No anuário da AGEFLOR, vê-se a evolução das 3 principais culturas no estado do RS, pinus,





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

eucaliptos e acácias, apontando onde estão os maiores maciços, dados de área plantada, exportações, produção, indicadores socioeconômicos, entre outros. A nível nacional o relatório da IBÁ apresenta números muito similares como os da área plantada que se manteve estável nos 2 últimos anos, demonstra um crescimento de celulose e sua consequente exportação, passando de 4º produtor mundial para 2º ficando apenas atrás dos EUA. Os anuários estão disponíveis eletronicamente nos seguintes endereços eletrônicos: [www.ageflor.com.br](http://www.ageflor.com.br) e [www.iba.org](http://www.iba.org). Destacou que durante reunião das Associações Estaduais, nesta data, um tema comum é a respeito da infraestrutura rodoviária, havendo vários pedidos para que o colegiado concorde em encaminhar, via Câmara Setorial de Florestas Plantadas, expediente ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de forma a endossar ao titular do Ministério dos Transportes a necessidade de recuperação de diversas rodovias prioritárias (BR's) distribuídas em vários estados que vem gerando custos enormes para a escoação da madeira e seus produtos derivados. A **Sra. Isabel Carneiro** sugeriu que seja redigido o documento que será encaminhado à Câmara Temática de Infraestrutura e Logística bem como ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### **10.1) Assuntos Gerais: Atualização da solicitação da Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ, protocolo SEI 21000-016954/2017-61, de 12.4.2017, dirigida ao Secretário de Defesa Agropecuária/SPA/MAPA – Sr. Marcílio Caron – IBÁ.**

O **Sr. Marcílio Caron**, da IBÁ comentou que tempos atrás, encaminhou ao MAPA, desde a época da Sra. Ministra Kátia Abreu, pedido de liberação de lista de herbicidas. À época, obtiveram a liberação de 19 moléculas para o combate de várias pragas, entretanto há 2 moléculas que dependem de estar incluídas na lista de prioridades da ANVISA. Esses produtos já foram testados no plantio de eucaliptos, e até o presente momento não recebemos posição por escrito do MAPA, apesar de terem sido recebidos pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA em 19/9/2017. Solicita que seja encaminhado via Câmara, o pedido de interferência do MAPA junto a ANVISA para que sejam liberadas essas moléculas. O DSV/SDA/MAPA solicitou ao Setor relação prioritária de pragas como forma de facilitar a inclusão desse pleito na lista de prioridades da ANVISA que é classificada por praga e não por produto. A **Sra. Isabel Carneiro** solicitou ao Sr. Marcílio Caron cópia do expediente em questão, pois como está protocolado com sigilo impede-a de ter acesso ao conteúdo do pleito e sugeriu ao colegiado que essa lista de relação de pragas prioritárias seja encaminhada via ofício da CSFP, tendo sido aprovado pelo colegiado esse encaminhamento.

### **Encerramento**

Sem mais assuntos a tratar, o Presidente da CSFP, **Sr. Walter Rezende** agradeceu, uma vez mais, a todos pelas valiosas contribuições à 36ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas, dando-se por encerrada às dezessete horas e vinte e cinco minutos.

### **Encaminhamentos**

1) Aprovada Moção proposta pelo representante da AGEFLOR, Sr. Diogo Leuck ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que se solicite ao Serviço Florestal Brasileiro a realização de levantamento de Florestas Plantadas (inventário florestal) utilizando-se os dados do CAR. Responsável pela ação: Sr. Aldo de Cresci, Consultor Especial da CSFP e Sra. Isabel Regina Carneiro, Secretária da CSFP.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

2) O Sr. Marcílio Caron, representante do IBÁ sugeriu que os membros do Grupo de Trabalho se reúnam em 15 dias, a partir de 30 de setembro, em Curitiba, na Embrapa Florestas, para discutir esse documento referente à parte inicial da estruturação do Plano, inclusive com relação aos prazos apresentados nesse calendário de ações. Responsável pela ação: Sr. Edson Iede, Membro Representante e Coordenador do GT do Plano Nacional de Florestas Plantadas.

3) O Sr. Walter Rezende, Presidente da CSFP propôs realizar a próxima reunião ordinária da CSFP (37ª) dentro da Câmara Federal, levando ministros e exercendo pressão não apenas quanto ao tema de Aquisição de Terras por Estrangeiros quanto demonstrar ao MAPA a importância do Setor, hoje o 4º maior PIB do Agronegócio Brasileiro, solicitando seu reconhecimento com a criação de área específica que trate dos assuntos florestais dentro daquela Pasta. Responsável pela ação: Sr. Walter Rezende, Presidente da CSFP, Sr. Aldo De Cresci, Consultor Especial da CSFP e Sra. Isabel Regina Carneiro, Secretária da CSFP.

4) A Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSFP ficou de averiguar o andamento junto ao DSV/SDA/MAPA da Implantação do Código de Autenticidade nos formulários e certificados fitossanitários pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA. Responsável pela ação: Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSFP.

5) A Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSFP ficou de averiguar o andamento junto ao DSV/SDA/MAPA e Coordenação de Quarentena Vegetal do andamento do fechamento da lista que inclui a exclusão do Sinoxilon Unidentatum como praga quarentenária A2. Responsável pela ação: Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSFP.

6) Proposta da APRE aprovada pelo colegiado para que seja coordenada nova reunião com o Sr. Wilson Vaz e Sr. Antônio Moraes, ambos da SPA/MAPA para buscar novo entendimento e convencimento da legitimidade do pleito da inclusão do custeio de manutenção de plantios de árvores de produção no Plano Safra 2018/2019, para operações de desbaste florestal. Responsável pela ação: Sr. Gustavo Firmo, SPA/MAPA e Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSFP.

7) A proposta da IBÁ foi acolhida pelo colegiado de que seja encaminhado através de ofício da CSFP, lista prioritária de pragas de forma a reforçar a necessidade de que sejam inclusos na lista de prioridades da ANVISA o objeto do pleito constante do protocolo SEI nº 21000-016954/2017-61, de 12.4.2017. Responsável pela ação: Sr. Marcílio Caron, IBÁ e Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSFP.

8) Infraestrutura Rodoviária, Sr. Diogo Leuck– Foi aprovado pelo colegiado que se encaminhe como pleito da Câmara de Florestas Plantadas expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, pecuária e Abastecimento para que endosse ao titular do Ministério dos Transportes relatando a necessidade de recuperação de diversas rodovias prioritárias (BR's) distribuídas em vários estados que vem gerando custos enormes para a escoação da madeira e seus produtos derivados. Responsável pela ação: Sr. Diogo Leuck, AGEFLOR e Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSFP.

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------